

AMAZÔNIA SEM LEI

Bolsonaro vê “descuido” de Dom

Segundo o presidente, jornalista era “malvisto” por causa de reportagens sobre o garimpo na região do Vale do Javari

» CRISTIANE NOBERTO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou, ontem, que Dom Phillips, cujos restos mortais podem ter sido encontrados ontem, no Vale do Javari (AM), junto com os do indigenista Bruno de Araújo Pereira, que o jornalista inglês era “malvisto” naquela região.

De acordo com Bolsonaro, a suposta impressão sobre Dom veio devido às reportagens que denunciavam casos contra garimpeiros e meio ambiente na região. O presidente também acusou o jornalista de ser descuidado por ter insistido em ir àquela parte da floresta amazônica.

“Esse inglês era mal visto na região, ele fazia muita matéria contra garimpeiro, a questão ambiental. Então, aquela região, que é bastante isolada, muita gente não gostava dele. Ele tinha que ter mais do que redobrado a atenção para consigo próprio”, afirmou Bolsonaro, em entrevista ao canal da jornalista Leda Nagle.

O presidente disse, também, que Dom e Bruno “resolveram entrar numa área completamente inóspita, sem segurança e aconteceu o problema”. O indigenista, porém, era conhecido pelas comunidades nativas do local e vinha trabalhando com ela havia muito tempo.

O presidente reconheceu que o Vale do Javari é uma região na qual a presença do Estado é precária. “A gente não sabe se alguém viu e foi atrás dele. Lá tem pirata no rio, tem tudo o que se possa imaginar. É muito temerário andar naquela região sem estar devidamente preparado fisicamente, e também com armamento devidamente autorizado pela Funai”, destacou.

Isaac Nóbrega/PR



Presidente: “Estão me culpando agora por isso. Quando mataram a Dorothy Stang, ninguém culpou o governo. Era de esquerda. Mas tudo bem”

Atuação oficial

Bolsonaro aproveitou para defender a atuação das autoridades na localização dos restos mortais de Bruno e Dom, bem como na elucidação do caso. “Desde o primeiro dia, domingo retrasado, estamos buscando essas pessoas na área, e não estamos tendo sucesso. Apareceram vestígios, pedaços de vísceras de corpo humano. Estão sendo feitos (exames de) DNA aqui em Brasília. Estranho terem pego esses caras e levados à margem do rio”, comentou.

O presidente ainda afirmou

estar sendo processado como se nada estivesse fazendo pela solução do crime. Segundo Bolsonaro, milhares de pessoas sozinhos e ninguém se solidariza com elas — disse, dando a entender que existe uma campanha da imprensa que utiliza o episódio envolvendo Dom e Bruno para causar desgaste ao governo.

“Tem um parlamentar, um partido político, que quer me processar por não ter achado o cara. Olha, eu não sei ao certo, mas acho que em torno de 60 mil pessoas desaparecem no Brasil por ano, e não se preocupam. Imagina: nós termos um

filho desaparecido, desapareceu como? O que fizeram com ele?”, indagou.

Ele também aproveitou para criticar a postura do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, que deu um prazo de cinco dias para que fossem passadas informações sobre o desaparecimento de Dom e Bruno. “Barroso, você podia me dar cinco dias para achar os 60 mil desaparecidos no ano passado e vem para cá dar umas dicas de como achar os desaparecidos e não apenas os dois que estão lá. Todos merecem a preocupação, dedicação e empenho da nossa

parte. É muito fácil”, criticou.

Bolsonaro também desviou o assunto ao citar que na morte da missionária Dorothy Stang, em 2005, durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva — seu principal adversário na atual corrida eleitoral —, o ex-presidente não foi responsabilizado.

“Desde o primeiro dia, domingo retrasado, a nossa Marinha estava em campo. Então me culpando agora por isso. Quando mataram a Dorothy Stang, ninguém culpou o governo. Era de esquerda. Mas tudo bem, a gente vai fazer a nossa parte”, observou.

Região tem longo histórico de assassinatos

O caso do jornalista Dom Phillips e do indigenista brasileiro Bruno Pereira no Vale do Javari chamou atenção do mundo para a violência na Amazônia Legal, que é marcada pela ação de organizações criminosas e ausência do poder público. A ele se juntam episódios de violência na região, como os assassinatos da missionária americana Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, e do ambientalista Chico Mendes, em dezembro de 1988, além de outros que não tiveram a mesma repercussão.

Para o historiador Ronilson Costa, coordenador nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o episódio no Vale do Javari expõe “o quanto o Estado

está ausente na região e como não há uma presença que dialogue com as demandas dos povos tradicionais”. Levantamento anual da CPT aponta que, somente no ano passado, ocorreram pelo menos 28 assassinatos por conflitos de terra. A maioria das vítimas é indígena. Rondônia é o estado com maior número de assassinatos (11) em casos semelhantes no ano passado.

Em janeiro deste ano, uma família de ambientalistas foi assassinada em São Félix do Xingu, no sudeste do Pará. José Gomes, conhecido como Zé do Lago, a mulher, Márcia Lisboa, e a filha adolescente do casal foram encontrados mortos na propriedade em que moravam, onde

desenvolviam trabalhos de proteção da floresta.

Em 2019, o colaborador da Fundação Nacional do Índio (Funai) Maxciel Pereira dos Santos foi morto a tiros em sua casa, em Tabatinga (AM). Ele fazia parte da Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari e, assim como Bruno e Dom, trabalhava no combate à extração de madeira, garimpo e pesca ilegais. O caso segue impune até hoje.

Ainda em 2019, Paulo Paulino Guajajara, guardião da floresta na Terra Indígena Araboia, no Maranhão, foi assassinado a tiros. Ele fazia parte de um grupo de segurança no território e era responsável por denunciar invasores, conforme informações

do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

No ano anterior, Zezico Guajajara, outro líder que denunciava exploração ilegal de recursos na Terra Indígena Araboia, também foi morto a tiros.

Em 2017, 10 trabalhadores sem-terra foram mortos por policiais militares na Fazenda Santa Lúcia, a 60km do município de Pau D’Arco, no Pará. Os suspeitos foram presos em 2018. Meses depois, o líder do acampamento sem-terra, Rosenildo Pereira de Almeida, também foi assassinado.

Violência

Fontes apontaram que o

avanço do desmatamento, da exploração de recursos naturais e de conflitos fundiários ajuda a compreender a dinâmica da violência na região. Outro fator seria a presença de facções de crime organizado, em constante disputa pelas rotas de tráfico de drogas.

O Brasil figura, atualmente, entre os primeiros de um ranking elaborado pela ONG Global Witness, que analisa os lugares mais perigosos para a atuação de defensores da terra e do meio ambiente. No ano passado, o país ocupou a quarta posição na lista em quantidade de ativistas da área vítimas de assassinatos.

PF denuncia falta de recursos

A Polícia Federal relatou ao Supremo Tribunal Federal (STF) as “dificuldades” para o cumprimento de decisões da Corte no âmbito da ação que tratou do plano de contenção da pandemia da covid-19 em terras indígenas. Segundo o delegado Paulo Teixeira de Souza Oliveira, chefe do Serviço de Repressão a crimes contra comunidades indígenas e conflitos agrários, há “falta de logística necessária” e “de recursos financeiros para custear a estrutura operacional”.

No relatório datado de 10 de junho e juntado aos autos da ação em que o STF proferiu uma série de decisões sobre a proteção dos indígenas. As informações foram prestadas pela PF após a corporação ser instada pelo ministro Luís Roberto Barroso a informar “as dificuldades encontradas para a garantia da segurança das comunidades e cumprimentos cautelares” nas terras dos ianomâms. Tal despacho se deu após a Corte ser provocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que alegou descumprimento

reiterado, pela União, de decisões prolatadas pelo STF.

Plano de ação

No relatório apresentado ao STF, a PF sustentou que segue o Plano de Ação 7 Terras Indígenas, homologado parcialmente em agosto de 2020. Segundo a corporação, no âmbito do programa foi dada à corporação a missão de “intervir nas terras indígenas para cessar as atividades criminosas ali cometidas, a partir de levantamentos próprios e de demais interessados na ação”. Além disso, foi determinado que a corporação investigasse os autores de tais delitos, “relacionados com desmatamento, grilagem de terras e exploração mineral ilegal”.

De acordo com o delegado Paulo Teixeira, as “maiores dificuldades” da PF em cumprir as decisões dadas pelo STF com relação à proteção das terras indígenas está a falta de “meios logísticos necessários”, com necessidade de solicitação de apoio do Ministério da Defesa. “As tratativas com as Forças Militares se deram

no âmbito do Ministério de Defesa, o qual manifestou, desde o primeiro contato sobre o tema, ainda em 2020, concordância em colaborar com as ações previstas, desde que houvesse dotação orçamentária correspondente e esta fosse descentralizada ao Ministério da Defesa”, afirmou.

A PF exemplificou a situação com a ação que seria realizada, em maio de 2021, na Terra Indígena Munduruku. Segundo o relatório, quando os agentes já estava em Jacareacanga (PA) veio “a informação de que o apoio do Ministério da Defesa não se concretizaria, em virtude de falta de orçamento”.

No documento, a corporação diz, ainda, que, em paralelo às tratativas com órgãos do governo Federal, foi feito pedido de suplementação orçamentária para a PF para “sanar as dificuldades enfrentadas pela instituição, em especial materiais e financeiras”. O montante solicitado seria para “custear despesas que órgãos parceiros porventura apresentem em futuras ações no combate a crimes ambientais”.

João Laet/AFP



Agentes da PF no Vale do Javari. Dificuldades para executar ações

“Foi solicitado crédito adicional ao Ministério da Economia para operações interagências no valor de R\$ 48.137.500,00, através do pedido SIOOP 278032/9100, no bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF 709/2020, tendo em vista

que os custos operacionais para deslocamentos nas áreas serem extremamente onerosos, precisando do apoio das Forças Armadas Brasileira para cumprimento das missões. Ainda se encontra pendente de análise o pedido”, registra o ofício.

Câmara entra na investigação

» TAINÁ ANDRADE

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, em Plenário, a criação de uma comissão externa para acompanhar e definir providências sobre o desaparecimento e a morte de Dom Phillips e Bruno Araújo Pereira. A intenção também é de esclarecer sobre os crimes ambientais e de mortes que vêm crescendo na região.

O coordenador dos trabalhos será o deputado José Ricardo (PT-AM), responsável também por montar o grupo que irá ao Vale do Javari e por definir a agenda dos parlamentares. As datas para a comissão ir ao local ainda não foram definidas.

A proposta vinha sendo analisada na Câmara desde a semana passada, quando o líder do PT, Reginaldo Lopes (MG), entrou com o primeiro requerimento. Mas foi com o pedido apresentado na última terça-feira pela deputada Joënia Wapichana (Rede-RR), com mais 12 parlamentares, que a comissão foi aceita.

“Diante de toda a escalada de violência contra povos indígenas, apoiadores e protetores ambientais, a Câmara tem o dever de acompanhar esse caso. A invasão das terras indígenas envolve a presença de garimpos ilegais, madeireiros, narcotráfico. Devemos apontar soluções para fatos preocupantes e graves”, afirmou Joënia.

De acordo com o deputado Nilto Tatto (PT-SP), um dos deputados a assinar a lista do requerimento e indicado para participar da comissão, o fato de a criação do grupo de parlamentares ter sido aprovada em Plenário dá mais força. A comissão irá concentrar as denúncias que os parlamentares recebem de crimes na região e levará a Câmara a investigar, junto com as autoridades que já estão no Vale do Javari, o episódio da morte de Bruno e Dom.

“A criação irá facilitar o desempenho dos parlamentares que querem apurar o que, de fato, está acontecendo na região, porque concentra e providencia uma organização para fazer as audiências públicas. Vai ouvir todos os atores preocupados com o aumento da violência e a ausência da presença do Estado na região”, explicou.

Olhar externo

Já o deputado Tiago Andriano (PSB-TO) entende que o momento é oportuno e estratégico para iniciar esse trabalho, já que a imprensa internacional está acompanhando o caso. “O que está por trás disso não é só um desaparecimento, envolve toda uma organização da República, investimentos em segurança. E há, inclusive, um estrangeiro”, observou.

Tatto sabe que a comissão não dá o poder de investigação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), mas “tem a capacidade de mobilizar os atores, de chamar, convidar, fazer os levantamentos e, a partir daí, sugerir políticas que podem ser adotadas do ponto de vista do Executivo, do Judiciário, como melhorar e atualizar a legislação”.

Enquanto a Câmara abre os trabalhos, o Senado, que aprovou sua comissão externa na última segunda-feira, anunciou a provável data para a definição do plano de trabalho. Na próxima segunda-feira, os senadores membros da comissão escolherão o presidente, vice-presidente e o relator do colegiado que irá produzir o relatório, para ser entregue em 60 dias.

A ideia dos senadores é obter subsídio para a abertura de uma CPI que investigará os crimes cometidos pela política indigenista adotada no governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), que levou ao aumento dos casos de violência na Amazônia e seguidas omissões na proteção de ativistas ambientais.